

Diário do Acionista

ANO IX • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 3 de abril de 2025 • Nº 2023 • R\$ 1,00
www.diariodoacionista.com.br

REAÇÃO A TRUMP

Câmara aprova Lei da Reciprocidade de tarifas

A Câmara dos Deputados aprovou, ontem, o Projeto de Lei 2.088/2023, que cria a Lei da Reciprocidade Comercial, autorizando o governo brasileiro a adotar medidas comerciais contra países e blocos que imponham barreiras aos produtos do Brasil no mercado global. Agora, o texto segue para sanção presidencial. O texto do PL já havia sido aprovado na terça-feira na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e no plenário do Senado, por unanimidade. O tema se tornou prioridade no Congresso após o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciar "tarifas recíprocas" contra parceiros comerciais. O anúncio do novo tarifaço, realizado mais cedo pelo líder norte-americano, incluiu uma nova sobretaxa de 10% sobre produtos brasileiros. Durante toda a tarde, enquanto a matéria estava sendo debatida, o PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, apresentou requerimentos de obstrução das votações para pressionar pelo Projeto de Lei da Anistia. **PÁGINA 2**

ENCHENTES NA MIRA

Câmara de SP aprova CPIs para investigar gestão Nunes

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou ontem, a criação das duas primeiras Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) desta legislatura. Uma delas terá a missão de investigar as enchentes recorrentes no Jardim Pantanal, na Zona Leste da cidade. A outra irá apurar possíveis fraudes no programa de Habitação de Interesse Social (HIS). O regimento da Câmara permite a instalação de até cinco CPIs simultaneamente. No entanto, a maioria dos vereadores decidiu limitar esse número a duas, alegando que um volume maior poderia comprometer os trabalhos da Casa. Em 2025, já foram protocolados 20 pedidos de abertura de CPIs. Parlamentares do PSOL têm pressionado pela criação de novas comissões, incluindo uma para investigar possíveis abusos nos preços cobrados nos cemitérios. A CPI das Enchentes foi proposta pelo vereador Alessandro Guedes (PT), enquanto a CPI da Habitação de Interesse Social foi apresentada por Rubinho Nunes (União Brasil). **PÁGINA 6**

SIMONE TEBET

Alimentos: queda no preço pode ajudar a reduzir juros

Principal fator que tem pressionado a inflação nos últimos meses, os preços dos alimentos começarão a cair nos próximos 60 dias, disse ontem a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet. Segundo ela, o recuo pode abrir espaço para a queda dos juros no segundo semestre, sem desprezar a autonomia do Banco Central (BC). "Falta combatermos de forma mais eficiente a inflação. Sei que vamos conseguir. Daqui a

60 dias, quem sabe, a diminuição no preço dos alimentos... Quem sabe, porque o Banco Central é autônomo, possamos diminuir os juros no segundo semestre", declarou Tebet em evento para comemorar os 60 anos do BC. A declaração da ministra foi o momento mais aplaudido durante o evento do BC. Tebet, no entanto, reconheceu que a elevação de tarifas comerciais pelos EUA poderá dificultar o controle da inflação. **PÁGINA 5**

IBGE



Produção da indústria registra leve queda de 0,1% em fevereiro

A produção da indústria brasileira recuou 0,1% de janeiro para fevereiro, variação que pode ser considerada como estabilidade. No entanto, significa também que a indústria atinge a marca de cinco meses seguidos sem crescimento, período em que soma perda de 1,3%. De outubro a dezembro de 2024 foram três meses de queda. Segundo o gerente da pesquisa, André Macedo (foto), a falta de crescimento recente é explicada em grande parte pela trajetória crescente da taxa de juros no país, pela desvalorização do real ante o dólar e pela inflação alta. "É claro que isso guarda relação com a redução de níveis de confiança de famílias e empresários", diz André. **PÁGINA 2**

PREVENTIVA

Moraes rejeita prender Bolsonaro por protestos pela anistia no Rio



O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), rejeitou ontem, um pedido para decretar a prisão preventiva do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) (foto) por convocar manifestações pela anistia dos golpistas do 8 de Janeiro. O ministro acolheu o parecer da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra a prisão do ex-presidente. O procurador-geral Paulo Gonet afirmou que não vê crime nos protestos a favor da anistia, desde que eles sejam "pacíficos". Bolsonaro participou de um ato em Copacabana no dia 16 de março em prol da anistia aos condenados pelos atos golpistas de 8 de Janeiro. **PÁGINA 7**

MAIS VIOLÊNCIA

Câmara do Rio aprova armar Guarda Municipal

A Câmara de Vereadores do Rio aprovou ontem, em primeira discussão, a proposta do prefeito Eduardo Paes (PSD) que autoriza a Guarda Municipal a utilizar arma de fogo. A medida dá poderes também à corporação de realizar ações de segurança pública, policiamento ostensivo, preventivo e comunitário. De acordo com a proposta, os agentes deverão passar por treinamento específico, além de poder utilizar armas de menor potencial ofensivo. Com todos os 51 parlamentares da Casa presentes, a proposta teve 43 votos favoráveis e sete contrários. A vereadora Rosa Fernandes (PSD), mesmo presente à sessão, não quis votar. **PÁGINA 8**

INDICADORES

IBOVESPA 0,03% / 131.190,34 / 43,05 / Volume: 17.636.635.443 / Negócios: 3.428.172						Bolsas no mundo		Salário mínimo		IGP-M		EURO turismo	
Mais Negociados						Fechamento		R\$ 1.412,00		1,06% (fev.)		Compra: 6,2616	
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.		%	Ufir-RJ	IPCA	1,31% (fev.)		Venda: 6,4416	
COGNA ON ON ATZ NM	2,09	-3,24	-0,07	PAR AL BAHIAON	36,16	-21,39	-9,84	S&P 500	5.633,07	13,25%		DÓLAR Ptax - BC	
PACUCAR,CBDON NM	3,51	+15,84	+0,48	GAFSA ON NM	2,10	-17,65	-0,45	NASDAQ Composite	17.449,89	0,1690%		Compra: 5,6923	
HAPVIDA ON NM	2,18	-1,80	-0,04	INFRACOMM ON ES NM	0,100	-16,67	-0,020	Nasdaq 100	19.436,422	R\$ 583,84		Venda: 5,6986	
MAGAZINE LUIZA ON NM	11,19	+7,08	+0,74	BRB BANCO ON	11,71	-14,77	-2,03	Euronext 100	1.568,9	0,6698%		Compra: 5,7486	
AMBEV S/A ON	13,67	+0,44	+0,06	KARSTEN PN	31,00	-11,15	-3,89	CAC 40	7.876,36	Venda: 6,1830		Venda: 5,9286	

MERCADOS

Bovespa fica perto da estabilidade, antes de Trump e das tarifas

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) operou em torno do zero a zero na maior parte da sessão, à espera do anúncio das tarifas recíprocas prometidas pelo presidente Donald Trump no que batizou como o "Dia da Libertação" dos Estados Unidos, "o dia de renascimento da indústria americana", conforme as palavras iniciais de Trump ao anunciar as medidas, em que confirmou a imposição da tarifa de 25% para os carros importados.

Pouco antes, no fechamento, o Índice Bovespa (Ibovespa) mostrava leve ganho de 0,03%, aos 131.190,34 pontos, tendo oscilado entre mínima de 130.392,60 e máxima de 131.423,84 pontos, com abertura na sessão a 131.150,68 pontos. O giro financeiro ficou em R\$ 22,3 bilhões nesta quarta-feira. Na semana, o Ibovespa recua 0,54% e, no mês, sobe 0,71% no agregado de apenas duas sessões. No ano, avança 9,07%.

Apesar da cautela que pre-

valeceu na sessão, à espera da definição do assunto nesse fim de tarde, alguns nomes do setor bancário conseguiram se descolar, em alta, com destaque para Santander (Unit +1,69%) e Bradesco PN (+0,24%). Vale ON fechou em baixa (-0,45%), após ter lutado pela estabilidade em direção ao fechamento. Os dois papéis de Petrobras também cederam terreno, com a ON em baixa de 0,51% e a PN, de 0,27%. Na ponta perdedora do Ibovespa, CSN (-5,17%), Cognac (-3,24%), Brava (-2,78%) e CSN Mineração (-2,45%). No lado oposto, Pão de Açúcar (+15,84%), Magazine Luiza (+7,08%), Vamos (+7%) e Localiza (+3,85%).

DÓLAR

O dólar terminou a sessão de ontem, em leve alta, mais ainda abaixo da linha de R\$ 5,70. Com máxima a R\$ 5,715 o dólar à vista encerrou o pregão em alta de 0,25%, cotado a R\$ 5,6967. Na semana, a divisa acumula queda de 1,13%. No ano, recua 7,82%,

IBGE

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

A produção da indústria brasileira recuou 0,1% de janeiro para fevereiro, variação que pode ser considerada como estabilidade. No entanto, significa também que a indústria atinge a marca de cinco meses seguidos sem crescimento, período em que soma perda de 1,3%.

Em janeiro, a produção industrial tinha apresentado variação nula (0%). O último mês com crescimento foi em setembro de 2024 (0,9%). De outubro a dezembro de 2024 foram três meses de queda. Os dados fazem parte da Pesquisa Industrial Mensal, divulgada ontem no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No acumulado de 2025, a indústria expandiu 1,4% ante mesmo período de 2024. No somatório dos últimos 12 meses, a alta é de 2,6%. Em comparação com fevereiro de 2024, a variação fi-

cou positiva em 1,5%.

Os novos números de fevereiro deixam o parque industrial nacional 1,1% acima do nível pré-pandemia (fevereiro de 2020) e 15,7% abaixo do ponto mais alto da série histórica, registrado em maio de 2011.

Dos 25 ramos pesquisados pelo IBGE, 14 tiveram queda na produção na passagem de janeiro para fevereiro de 2025. O índice de difusão apontou que 51,8% dos 789 produtos industriais pesquisados tiveram alta na produção.

INFLAÇÃO E DÓLAR

O período de cinco meses sem crescimento anotado em fevereiro é o mais longo desde 2015, quando a indústria amargou jejum de seis meses sem expansão. Na época, o recuo acumulado chegou a 6,7%, bem acima do 1,3% de agora.

Segundo o gerente da pesquisa, André Macedo, a falta de crescimento recente é explicada em grande parte pela trajetória crescente da taxa de juros no

país, pela desvalorização do real ante o dólar e pela inflação alta. "É claro que isso guarda relação com a redução de níveis de confiança de famílias e empresários", diz André.

No caso dos juros, política monetária adotada pelo Banco Central para tentar conter a inflação, a medida encarece crédito, tenta esfriar a demanda de consumo e acaba desestimulando investimentos.

Em relação ao dólar, a valorização da moeda americana faz produtos como máquinas e equipamentos importados ficarem mais caros. Já a inflação alta, principalmente nos preços dos alimentos, "impacta de forma direta a renda disponível das famílias. São fatores que estamos elencando há alguns meses", afirma.

Para retratar a redução no ritmo da indústria brasileira, André Macedo cita que 2024 terminou com expansão de 3,1%, patamar que caiu para 2,6% no acumulado de 12 meses até fevereiro. "Claramente perdendo

ímpeto em termos de magnitude de expansão", constata.

A média móvel trimestral - indicador que permite avaliar a tendência de comportamento sem efeitos de volatilidade mês a mês - teve recuo de 0,1%, configurando a terceira divulgação seguida no campo negativo.

COMPORTAMENTO

O setor que mais influenciou na queda de janeiro para fevereiro foi o de produtos farmacêuticos e farmacêuticos (-12,3%).

"A queda da indústria farmacêutica pode ser explicada pela própria volatilidade de resultados, que é uma característica do setor, pelo menor número de dias trabalhados, por conta da concessão de férias coletivas em algumas plantas industriais e por uma base de comparação mais elevada, devido aos avanços registrados em janeiro de 2025 (4,5%) e dezembro de 2024 (2,5%), com ganho acumulado de 7,1% nesse período", analisa Macedo.

REAÇÃO A TRUMP

Câmara aprova Lei da Reciprocidade

A Câmara dos Deputados aprovou, na noite desta quarta-feira, o Projeto de Lei 2.088/2023, que cria a Lei da Reciprocidade Comercial, autorizando o governo brasileiro a adotar medidas comerciais contra países e blocos que imponham barreiras aos produtos do Brasil no mercado global. Agora, o texto segue para sanção presidencial.

O texto do PL já havia sido aprovado na terça-feira na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e no plenário do Senado, por unanimidade.

O tema se tornou prioridade no Congresso após o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciar "tarifas recíprocas" contra parceiros comerciais. O anúncio do novo tarifaço, realizado mais cedo pelo líder norte-americano, incluiu uma nova sobretaxa de 10% sobre produtos brasileiros.

Durante toda a tarde, enquanto a matéria estava sendo debatida, o PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, apresentou requerimentos de obstrução das votações para pressionar pelo Projeto de Lei da Anistia.

Porém, um acordo entre todas as bancadas, do governo à oposição, resultou na retirada de todos os destaques para atrasar a matéria, que acabou sendo aprovada por unanimidade, em votação simbólica. Em troca, a ordem do dia da Câmara foi suspensa, e projetos que estavam na pauta de votação do plenário serão analisados nas próximas sessões.

"Nas horas mais importantes não existe um Brasil de esquerda ou um Brasil de direita. Existe apenas o povo brasileiro. E nós, representantes do povo, temos de ter a capacidade de defender o povo acima de nossas diferenças", declarou o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), que pre-

sidiu toda a votação.

RECIPROCIDADE

O Artigo 1º do Projeto de Lei da Reciprocidade comercial estabelece critérios para respostas a ações, políticas ou práticas unilaterais de países ou bloco econômico que "impactem negativamente a competitividade internacional brasileira". A lei valerá para países ou blocos que "interferiram nas escolhas legítimas e soberanas do Brasil".

No Artigo 3º, fica autorizado o Conselho Estratégico da Câmara de Comércio Exterior (Camex), ligado ao Executivo, a "adotar contramedidas na forma de restrição às importações de bens e serviços", prevendo ainda medidas de negociação entre as partes de qualquer decisão.

O prazo para que seja sancionada pelo presidente da República e entre definitivamente em vigor são 15 dias úteis após a aprovação.

FED

O Federal Reserve (Fed) de Richmond divulgou um relatório que mostra que as propostas tarifárias do governo de Donald Trump representam mudanças significativas na política comercial dos Estados Unidos, com impactos econômicos "potencialmente grandes" variando entre setores e regiões. O texto não aborda as tarifas recíprocas, divulgadas ontem.

"Nossa análise destaca que a carga tarifária imediata - mediada pela taxa média efetiva de tarifa - pode aumentar substancialmente, de modestos 2,2% no cenário de referência para até 17% na proposta mais agressiva", menciona. Para o Fed de Richmond, as sobretaxações que atingem Canadá, México, União Europeia (UE) e automóveis ameaçam "interrupções generalizadas" em setores-chave dos EUA.

MODERNIZAÇÃO

Presidente do BC anuncia uso de Pix como garantia de empréstimos

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Uma das prioridades do Banco Central (BC) neste ano será a modernização do Pix, com a criação de funcionalidades e a melhoria de modalidades já existentes, disse ontem o presidente do órgão, Gabriel Galpolo. Em evento para comemorar os 60 anos da instituição, ele anunciou que a autoridade monetária pretende lançar um sistema que permita o uso do Pix como garantia de empréstimos.

Uma das novidades anunciadas por Galpolo foi a criação do Pix Garantido. Nessa modalidade, em desenvolvimento pelo Banco Central desde o ano passado, o Pix pode ser usado como garantia de empréstimo, permitindo que empresas utilizem os recebimentos futuros para obter

crédito com melhores condições.

Além do Pix Garantido, Galpolo anunciou que o BC está investindo em melhorias no Pix por aproximação, que se tornou obrigatório em fevereiro, e o Pix parcelado, cujo lançamento está previsto para setembro deste ano.

O Pix parcelado, na prática, equivalerá a uma compra com cartão de crédito parcelado. O recebedor continuará a receber o valor total da venda de forma imediata, mas o pagador contratará um crédito pessoal na hora de dividir a compra. Segundo Galpolo, o Pix parcelado deverá oferecer juros mais baixos que o dos cartões.

SEGURANÇA

Durante a cerimônia, Galpolo também anunciou a intenção

de continuar a investir na segurança do Pix. "Pretendemos evoluir no processo de segurança do Pix, rastreando recursos em função de golpes", declarou Galpolo.

Recentemente, o BC anunciou uma série de melhorias na segurança do Pix, como a exclusão de cerca de 8 milhões de chaves associadas a Cadastros de Pessoas Físicas (CPF) em situação irregular. A medida pretende prevenir que fraudadores usem Pix associados a pessoas mortas para aplicar golpes.

DREX

O presidente do BC também anunciou a intenção de continuar a desenvolver o Drex, versão virtual do real. Recentemente, a autoridade monetária anunciou que a primeira fase do

projeto da criptomoeda enfrentou problemas em relação à privacidade, à proteção dos dados e à fiscalização pela autoridade monetária.

O desenvolvimento da segunda etapa do Drex, que prevê a execução de contratos automatizados e modelos de negócios criados pelos consórcios que participaram da primeira etapa, também atrasou.

SELO COMEMORATIVO

No evento, o Banco Central e os Correios lançaram o selo institucional em comemoração aos 60 anos da autoridade monetária. O BC também anunciou um programa de entrevistas entre Galpolo e ex-presidentes do BC, com episódios a serem transmitidos às quintas-feiras no YouTube.

PRIMEIRO BIMESTRE

Vendas de máquinas e equipamentos sobem 17%

BRUNO BOCCHINI/ABRASIL

A receita de vendas da indústria de máquinas e equipamentos atingiu R\$ 43,3 bilhões nos dois primeiros meses do ano, 16,9% acima do registrado no mesmo período de 2024. Os dados, divulgados ontem, são da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

O resultado das vendas do acumulado de janeiro e fevereiro é o primeiro positivo após três anos consecutivos de queda nas receitas nos primeiros bimestres, de 2024, 2023, e 2022.

Entre os mercados compradores, o destaque foi a América do Norte

na demanda de máquinas para fabricação de bens de consumo, de máquinas para agricultura e de máquinas para construção civil.

EXPORTAÇÕES

As exportações do setor totalizaram US\$ 1,6 bilhão no primeiro bimestre, uma queda de 10% na comparação com o mesmo período de 2024. Os setores fabricantes de máquinas para construção (-25,4%), indústria de transformação (-12,3%) e componentes (-10,5%) registraram os principais recuos.

Por destino, a principal queda nas exportações ocorreu nas vendas para a América do Norte

(-26,8%); nos Estados Unidos, o recuo foi de 26,8%; no México, de 30,6%; e no Canadá; de 13,1%.

Houve crescimento apenas nas exportações para a América do Sul (+12,4%) com destaque para a Argentina que ampliou as aquisições em 73,4%, principalmente em máquinas agrícolas e máquinas para construção civil.

"Com esses resultados, a América do Sul voltou a ser o principal destino das máquinas nacionais, adquirindo 35,5% de todos máquinas e equipamentos exportados pelo Brasil", destacou a Abimaq em nota.

Nota**TRUMP ANUNCIA ALÍQUOTA MÍNIMA DE 10% PARA TARIFAS**

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou ontem, a fixação de uma alíquota mínima de 10% sobre importações de todos os países. No entanto, nações que aplicam tarifas consideradas "elevadas" contra produtos norte-americanos enfrentarão taxas ainda maiores. Produtos provenientes da Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Chile, Colômbia, Emirados Árabes Unidos, Irã, Panamá, Paraguai, Reino Unido, Turquia, Ucrânia e Uruguai receberão a tarifa mínima de 10%. Já as tarifas recíprocas para a China serão de 34%, enquanto os produtos da União Europeia serão taxados em 20%.

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899**Administração - Redação**

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS

ACESSE NOSSO SITE

PEDRAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ nº 10.242.524/0001-42

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://diariodoacionista.com.br/caderno-publicacoes-digitais-2025/>

Balancos patrimoniais - Em 31 de dezembro (em milhares de Reais)				Demonstrações do resultado							
	Nota	2024	2023	Nota	2024	2023	Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)				
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.407	196	Fornecedores	4	4.092	459	Nota			
Títulos e valores mobiliários	9 (i)	129.732	6.502	Financiamento	12	150.000	1.317	Nota	2024	2023	
Concessionárias e permissionárias	10	2.258	1.870	Salários e encargos a pagar		123	70	261.459	30.383		
Ativo de contrato	11	17.331	16.476	Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	-	(143.096)	(8.175)		
Impostos e contribuições a recuperar		295	-	Outros impostos e contribuições a recolher		1.662	420	(2.511)	(1.909)		
Despesa antecipada	12	2.751	-	Pis e Cofins diferidos		1.514	1.441	(145.607)	(10.084)		
Outros ativos		1.580	2.566	Dividendos	21 (c)	-	6.622	115.852	20.299		
Total do ativo circulante		155.354	27.610	Encargos setoriais		780	692	115.117	19.750		
Depósitos judiciais		476	476	Outros passivos		3.551	1.227	1.200	1.889		
Títulos e valores mobiliários	9 (ii)	-	598	Total do passivo circulante		161.722	12.415	(2.676)	(623)		
Ativo de contrato	11	409.306	143.214	Pis e Cofins diferidos	13	37.401	12.839	Resultado financeiro	19	(1.476)	1.266
Total do realizável a longo prazo		409.782	144.288	Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	57.414	21.656	Resultado antes dos impostos		113.641	21.016
Imobilizado		241	242	Total do passivo não circulante		94.815	34.495	Imposto de renda e contribuição social correntes		(3.391)	(3.642)
Total do imobilizado		241	242	Total dos passivos		256.537	46.910	Imposto de renda e contribuição social diferidos		(35.759)	(3.433)
Total do ativo não circulante		410.023	144.530	Capital social	16 (a)	226.473	111.732	Imposto de renda e contribuição social	20	(38.150)	(7.075)
Total do ativo		565.377	172.140	Dividendo adicional proposto	16 (c)	-	6.622	Lucro líquido do exercício		75.491	13.941
				Reserva de lucros	16 (b)	82.367	6.876	Demonstrações dos fluxos de caixa			
				Total do patrimônio líquido		308.840	125.230	Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)			
				Total do passivo e patrimônio líquido		565.377	172.140	Fluxo de caixa das atividades operacionais			
								Nota	2024	2023	

Demonstrações do resultado abrangente			
Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)			
	2024	2023	
Lucro líquido do exercício	75.491	13.941	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Resultado abrangente total do exercício	75.491	13.941	

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)						
Saldo em 31 de dezembro de 2022	Nota	Capital Social	Reservas de lucros		Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados
			Reserva Legal	Retenção de lucros		
		111.732	1.063	10.116	-	122.911
Aprovação para pagamento de dividendos adicionais		-	-	(5.000)	-	(5.000)
Lucro líquido do exercício	16 (b)	-	-	-	-	13.941
Reserva legal	16 (b)	-	697	-	-	(697)
Dividendos mínimos obrigatórios	16 (c)	-	-	-	-	(6.622)
Dividendos adicionais propostos	16 (b)	-	-	-	6.622	(6.622)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		111.732	1.760	5.116	6.622	125.230
Aumento de capital	16 (a)	114.741	-	-	-	114.741
Pagamento de dividendos	16 (b)	-	-	-	(6.622)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	75.491
Reserva legal	16 (b)	-	3.774	-	-	(3.774)
Reserva de retenção de lucros	16 (b)	-	-	71.717	-	(71.717)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		226.473	5.534	76.833	-	308.840

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional: A Pedras Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 30 de junho de 2008 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social (i) a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia é controlada pela Celeo Redes Brasil S.A. ("Cielo"). A companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 6.368 em 31 de dezembro de 2024, devido ao desembolso, em 19 de dezembro de 2024, de financiamento de curto prazo, no montante de R\$ 150.000, cujo vencimento se dará em agosto de 2025. O financiamento tem como objetivo a antecipação de recursos do financiamento de longo prazo contratado junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), cujo contrato foi assinado em 30 de dezembro de 2024 e será integralmente quitado quando ocorrer o seu desembolso. De todo modo, o entendimento da administração é que a geração de caixa da Companhia não é afetada e é suficiente para quitar suas obrigações de curto prazo, pois os acionistas oferecerem suporte financeiro, quando necessário. **1.1 Contrato de concessão - (a) Contrato de concessão nº 17/2008** - O contrato de concessão nº 17/2008 ("Contrato") teve como objetivo: (i) instalação de transmissão compostas pela Subestação (SE) Venda das Pedras em 345/138kV (800MVA), localizada no Estado do Rio de Janeiro; (ii) entradas de linha, banco de autotransformadores, capacitadores em derivação, barramento, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio; (iii) implementação de dois trechos de linha de transmissão 345 kV em circuitos simples, entre os pontos de seccionamento da Linha de Transmissão 345 kV Adrianópolis - Macaé C1 e SE Venda das Pedras com extensão aproximada de 23,5 km cada trecho de linha, (iv) as entradas de linha correspondentes na SE Venda das Pedras e (v) a aquisição dos equipamentos necessários para modificações nas entradas de linha das subestações Adrianópolis e Macaé. O Contrato foi assinado no dia 16 de outubro de 2008 e tem vigência de 30 anos, com o seu vencimento em maio de 2038. A Companhia entrou em operação comercial em 05 de dezembro de 2010. **(b) Contrato de concessão nº 11/2023** - No dia 30 de junho de 2023 a Companhia foi vencedora do Leilão de Transmissão nº 1/2023 ("Lote 6") realizado pela ANEEL. Para tal, a Companhia ofereceu uma RAP de R\$ 99.870, o que resultou em deságio de 48,23% em relação ao preço inicial ofertado, de R\$ 192.927. O contrato de concessão nº 11/2023 ("Contrato") tem como objetivo (i) implantação de linha de transmissão (LT) 500kV Xingó - Camaçari II, C1 e C2, duplo, localizada nos Estados de Sergipe e Bahia; (ii) entradas de linha, Equipamentos de Compensação de Reativos e conexões, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio; (iii) é permitida a implantação, parcial ou integral, das LTs 500kV Xingó - Camaçari IV C1 e C2 na configuração de torres de circuito simples, por exemplo para possibilitar a conexão nas subestações terminais em função da localização dos respectivos Módulos de Entrada de Linha. O Contrato foi assinado no dia 29 de setembro de 2023 e tem vigência de 30 anos, com o seu vencimento em setembro de 2053. Conforme estipulado no contrato, o prazo para entrada em operação é setembro de 2028. **1.2 Receita Anual Permitida** - A Resolução Homologatória ("RH") nº 3.348, de 16 de julho de 2024, estabeleceu a RAP da Companhia para o ciclo 2024-2025 em R\$ 19.589 (RH nº 3.216, de 4 de julho de 2023 estabeleceu a RAP em R\$ 18.439 para o ciclo 2023-2024). Um aumento aproximado de 6,24%, decorrente do reajuste da inflação IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) e do processo de revisão tarifária periódica. **1.3 Revisão Tarifária Periódica** - A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) procederá a revisão da RAP durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A primeira revisão tarifária da Companhia ocorreu no ciclo 2014-2015, a segunda ocorreu 2019-2020, a terceira ocorreu 2024-2025 e as próximas revisões estão previstas para os ciclos 2029-2030 e 2034-2035. **1.4 Reforço - Terceiro banco de autotransformador** - No dia 30 de agosto de 2016 a ANEEL, por meio da resolução autorizativa (REA) nº 6.012, posteriormente substituída pela REA ANEEL 6.169 de 17 de janeiro de 2017, autorizou a Companhia a realizar a implantação de reforços nas suas instalações de transmissões. O reforço entrou em operação no mês de julho de 2018 e a RAP estabelecida na resolução autorizativa foi de R\$ 4.593 e é reajustada em cada ciclo pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo). O objetivo do reforço foi a implantação dos reforços referentes ao empreendimento: T2016-044 - SE VENDA DAS PEDRAS - TERCEIRO BANCO DE AUTOTRANSFORMADOR 345/138 kV. **1.5 Reforço - Instalação do terceiro capacitor** - No dia 12 de abril de 2022 a ANEEL, por meio da resolução autorizativa nº 11.642, autorizou a Companhia a realizar a implantação de reforço nas suas instalações de transmissões. O reforço entrou em operação comercial em 06 de julho de 2024. A RAP estabelecida para esse reforço é de R\$ 1.330, conforme Despacho nº 3.611 de 22 de setembro de 2023. Conforme os estudos de atendimento à região de Campos, a implantação do 3º banco de capacitores paralelo tem a finalidade de evitar violações de tensões no setor de 138kV em condições contingência na Linha 345kV Macaé - Venda das Pedras, trazendo assim um melhor controle de tensão para a área. **2 Base de preparação: Declaração de conformidade** - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 28 de março de 2025. Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **3 Políticas contábeis materiais:** Uma série de novas normas contábeis foram efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as novas normas contábeis (listadas abaixo) na preparação destas demonstrações financeiras porque não tiveram impacto.

Norma	Vigência
Passivos não circulantes com cláusulas restritivas e Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes - Alterações ao CPC 26/IAS 1	
Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior - Alterações ao CPC 06/IFRS 16	01/01/2024
Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7	

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas da Pedras Transmissora de Energia S.A. - Rio de Janeiro - RJ - Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Pedras Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pedras Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores** - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 28 de março de 2025

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O6 F-RJ

Milena dos Santos Rosa
Contadora CRC RJ-110983/O-7



PARINTINS AMAZONAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 32.667.691/0001-78

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://diariodiacionista.com.br/caderno-publicacoes-digitais-2025/>

Balancos patrimoniais - Em 31 de dezembro (em milhares de Reais)				Demonstrações do resultado			
	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	8	4.657	4.571	Fornecedores	12	31.871	78.359
Títulos e valores mobiliários	9 (i)	31.752	8.711	Financiamento	13	10.601	5.328
Concessionárias e permissionárias	10	18.172	17.902	Debêntures	13	7.088	5.165
Ativo de contrato	11	161.498	156.808	Impostos e contribuições a recolher		2.886	4.256
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		6.301	7.982	Pis e Cofins diferidos	15	14.299	13.884
Outros impostos e contribuições a recuperar		2.164	2.442	Dividendos	23 (c)	67.542	12.328
Outros ativos		2.682	320	Encargos setoriais		1.268	713
Total do ativo circulante		227.226	198.736	Contas a pagar	14	10.458	10.458
Títulos e valores mobiliários	9 (ii)	58.036	46.918	Outros passivos		5.840	171
Ativo de contrato	11	2.264.534	2.253.363	Total do passivo circulante		151.853	130.662
Outros ativos		6.938	7.561	Financiamento	13	774.675	782.576
Total do realizável a longo prazo		2.329.508	2.307.842	Debêntures	13	242.838	234.091
Imobilizado		7.034	7.034	Pis e Cofins diferidos	15	209.199	208.217
Total do imobilizado		7.034	7.034	Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	331.431	307.439
Total do ativo não circulante		2.336.542	2.314.876	Contas a pagar	14	1.318	12.185
Total do ativo		2.563.768	2.513.612	Total do passivo não circulante		1.559.461	1.544.508
				Total dos passivos		1.711.314	1.675.170
				Capital social	18 (a)	254.475	254.475
				Dividendo adicional proposto	18 (c)	248.205	36.985
				Reserva de lucros	18 (b)	349.774	546.982
				Total do patrimônio líquido		852.454	838.442
				Total do passivo e patrimônio líquido		2.563.768	2.513.612

Demonstrações do resultado abrangente				Demonstrações dos fluxos de caixa			
Exercício findo em 31 de dezembro (em milhares de Reais)				Exercício findo em 31 de dezembro (em milhares de Reais)			
	2024	2023		Nota	2024	2023	
Lucro líquido do exercício	69.226	51.908	Fluxo de caixa das atividades operacionais		69.226	51.908	
Outros resultados abrangentes	-	-	Lucro líquido do exercício		69.226	51.908	
Resultado abrangente total do exercício	69.226	51.908	Ajustes para:				

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercício findo em 31 de dezembro (em milhares de Reais)							
Saldo em 31 de dezembro de 2022	Nota	Reservas de lucros			Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital Social	Legal	Reservas fiscais			
Saldo em 31 de dezembro de 2022		254.475	26.850	-	-	798.862	1.080.187
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	51.908	51.908
Reserva legal	18 (b)	-	2.595	-	-	(2.595)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	18 (c)	-	-	-	-	(12.328)	(12.328)
Dividendos adicionais propostos	18 (b)	-	-	-	36.985	(36.985)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		254.475	29.445	-	388.153	798.862	1.460.735
Dividendos constituídos	18 (b)	-	-	-	(40.336)	-	(40.336)
Transferência de dividendos	18 (a)	-	-	(166.584)	-	166.584	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	69.226	69.226
Reserva legal	18 (b)	-	3.461	-	-	(3.461)	-
Reserva de incentivos fiscais	18 (b)	-	-	6.251	-	(6.251)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	18 (d)	-	-	-	-	(14.878)	(14.878)
Dividendos adicionais propostos	18 (c)	-	-	-	44.636	(44.636)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		254.475	32.906	6.251	221.569	248.205	852.454

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional: A Parintins Amazonas Transmissora de Energia S.A. (Companhia), sociedade anônima fechada, foi constituída em 28 de janeiro de 2019 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro - RJ - Brasil. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia é controlada pela Celeo Redes Expansões S.A. (Celeo Expansões). **1.1 Contrato de concessão** - O contrato de concessão nº 16/2019 (Contrato), tem como objetivo: instalações de transmissão nos estados do Pará e do Amazonas, compostas pela (i) linha de transmissão Oriximiná - Juruti, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 138 km, com origem na subestação Oriximiná e término na subestação Juruti, (ii) pela linha de transmissão Juruti - Parintins, em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 102 km, com origem na subestação Juruti e término na subestação Parintins, (iii) pelo páio novo de 230 kV na subestação Oriximiná, (iv) pela subestação Juruti 230/138/13,8 kV, (v) pela subestação Parintins 230/138/13,8 kV e (vi) e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. O Contrato foi assinado no dia 22 de março de 2019 e tem vigência de 30 anos, com o seu vencimento no dia 22 de março de 2049. A Companhia entrou parcialmente em operação em maio de 2023 com os trechos da subestação (SE) Oriximiná, LT 230 kV Oriximiná – Juruti e SE Juruti e a entrada em operação comercial de toda a infraestrutura ocorreu em junho de 2023. **1.2 Receita Anual Permitida (RAP)** - A Resolução Homologatória (RH) nº 3.348, de 16 de julho de 2024, estabeleceu a RAP da Companhia para o ciclo 2024-2025 em R\$ 167.118 (RH nº 3.216, de 4 de julho de 2023, estabeleceu a RAP em R\$ 162.380 para o ciclo 2023-2024). Um aumento de 2,9%, decorrente do reajuste do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e do processo de revisão tarifária periódica. **1.3 Revisão Tarifária Periódica** - A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) procederá a revisão da RAP durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A primeira revisão tarifária da Companhia ocorreu no ciclo 2024-2025, e as próximas revisões estão previstas para os ciclos 2029-2030 e 2034-2035. **2 Base de preparação: Declaração de conformidade** - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 28 de março de 2024. Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **3 Políticas contábeis materiais:** Uma série de novas normas contábeis foram efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as novas normas contábeis (listadas abaixo) na preparação destas demonstrações financeiras porque não tiveram impacto.

Norma	Vigência
Passivos não circulantes com cláusulas restritivas e Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes – Alterações ao CPC 26/IAS 1	
Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior – Alterações ao CPC 06/IFRS 16	01/01/2024
Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7	

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário. **3.1 Caixa e equivalentes de caixa** - Incluem o caixa, os depósitos bancários à vista e os investimentos de alta liquidez em Operações Compromissadas e Certificados de Depósitos bancários (CDB), com prazo de vencimento de 3 (três) meses ou menos, com risco insignificante de mudança de valor, mensurados ao custo amortizado. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. Quando os investimentos não atendem a esses critérios são classificados como títulos e valores mobiliários. **3.2 Títulos e valores mobiliários - circulante e não circulante** - Os saldos apresentados no circulante referem-se às aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa. Incluem CDB com prazo de vencimento superior a 3 (três) meses. Os saldos apresentados no não circulante referem-se às aplicações financeiras em CDB para fins de garantia do financiamento e das debêntures. **3.3 Instrumentos financeiros - (a) Classificação e mensuração** - Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Um ativo e um passivo financeiros são reconhecidos quando uma entidade se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro, exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo. Nesse caso, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que forem diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à emissão são adicionados ou reduzidos. Geralmente, ativos e passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto em algumas circunstâncias, que incluem determinados ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR). Quando ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado têm seus termos contratuais modificados e tal modificação não é substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação, é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente às vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na sua falta, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Segue abaixo a característica de cada classificação: **(i) Custo amortizado** - Um ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial. **(ii) VJR** - Os ativos financeiros ao VJR compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao VJR. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. **(b) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros** - Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício. **3.4 Ativo de contrato** - Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão.

Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: i. **Reconhecimento de receita de construção** - Tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção de 46% e é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores. ii. **Reconhecimento da receita de operação e manutenção** - Registrada mensalmente, a partir da entrada em operação, considerando uma margem de 22% sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão. iii. **Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido** - Registrada também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica "Remuneração do ativo de contrato", utilizando a taxa de desconto de 8% definida no início de cada projeto. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir: i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS) conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. **3.5 Imposto de renda e contribuição social** - O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de (i) 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para o imposto de renda e (ii) 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, além de considerarem a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(a) Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes** - A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar e a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflète as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(b) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos** - Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da Parintins Amazonas Transmissora de Energia S.A. - Rio de Janeiro - RJ - Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Parintins Amazonas Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Parintins Amazonas Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente	
Veja as Notas 6.4 e 11 das demonstrações financeiras	
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
O reconhecimento do ativo de concessão e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente ("CPC 47") requer o exercício de estimativas e julgamentos significativos na determinação de mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfetida ao longo do tempo. A administração, no momento da adoção inicial do CPC 47, usou estimativas e julgamentos significativos para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido nas premissas durante o reconhecimento inicial, consideramos a mensuração do ativo de contrato e receita de contrato com clientes como um principal assunto em nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de desempenho previstas contratualmente; ii) a verificação, com o auxílio dos especialistas de Finanças Corporativas, se as premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e receitas, na margem do contrato e na definição da taxa de desconto utilizada no modelo de cálculo do ativo de contrato estão conforme as premissas consideradas na adoção do CPC 47; iii) Verificação se as bases de receita utilizadas para mensuração e realização do ativo de contrato são consistentes com os valores autorizados pelas resoluções homologatórias nº 3.348/2024 e nº 3.216/2023, e com os respectivos AVCs (avisos de créditos); e iv) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que mensuração do ativo de contrato e receita de contrato com clientes, e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta

fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido, quando aplicável, é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada exercício e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **3.6 Receitas e despesas financeiras** - A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo, quando o ativo não estiver com problemas de recuperação, ou, alternativamente, ao custo amortizado do passivo. A receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

José Maurício Scovino de Souza		Marcus Hansen Balata	
Diretor Técnico		Diretor Financeiro	
Bruno Marcell S. M. Melo	Contador CRC-RJ 11193/O-8		

Caixa gerado (utilizado) pelas atividades operacionais

	Nota	2024	2023
Caixa gerado (utilizado) pelas atividades operacionais		104.904	(42.291)
Impostos pagos sobre o lucro		(5.973)	-
Financiamento - pagamento de juros	13	(47.122)	(49.655)
Debêntures - pagamento de juros	13	(15.014)	(36.541)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais		36.795	(128.487)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários - aplicações		(174.784)	(126.127)
Títulos e valores mobiliários - resgates		148.225	270.963
Aquisição de imobilizado e intangível		-	(7.034)
Caixa (utilizado) gerado nas atividades de investimento		(26.559)	137.802
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Financiamento - pagamento de principal	13	(6.725)	(6.324)
Financiamento - custo de transação	13	-	456
Debêntures - pagamento de principal	13	(3.425)	-
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento		(10.150)	(5.868)
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		86	3.447
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		4.571	1.124
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	8	4.657	4.571

Caixa gerado (utilizado) pelas atividades operacionais

Fluxo de caixa das atividades operacionais

Rio de Janeiro, 28 de março de 2025
KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda.
 CRC SP-014428/O-6 F-RJ
Milena dos Santos Rosa
 Contadora CRC RJ-100983/O-7

SIMONE TEBET

Alimentos: queda no preço pode ajudar a reduzir juros

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Principal fator que tem pressionado a inflação nos últimos meses, os preços dos alimentos começarão a cair nos próximos 60 dias, disse ontem a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet. Segundo ela, o recuo pode abrir espaço para a queda dos juros no segundo semestre, sem desrespeitar a autonomia do Banco Central (BC).

“Falta combatermos de forma mais eficiente a inflação. Sei que vamos conseguir. Daqui a 60 dias, quem sabe, a diminuição no preço dos alimentos... Quem sabe, porque o Banco Central é autônomo, possamos diminuir os juros no segundo semestre”, declarou Tebet em evento para comemorar os 60 anos do BC.

A declaração da ministra foi o momento mais aplaudido durante o evento do Banco Central. Tebet, no entanto, reconheceu que a

elevação de tarifas comerciais pelos Estados Unidos poderá dificultar o controle da inflação.

“Temos muitas questões num mundo tão complexo. O mundo está em transformação. Estamos com fatores além-mar, com medidas além-mar, que poderão impactar inflação mundial e brasileira”, declarou a ministra.

Após o evento, Tebet disse que o efeito das medidas de Trump sobre a inflação brasileira pode ser reduzido por causa da diversificação dos parceiros comerciais do Brasil e da diversificação dos produtos exportados pela agroindústria.

Tebet também defendeu a revisão de incentivos fiscais para garantir o cumprimento das metas para as contas públicas.

“Os gastos tributários (incentivos fiscais do governo), essa é uma questão que precisa ser colocada na mesa quando falamos de fiscal. Temos uma renúncia de quase R\$ 600 bi. Algumas se sus-

tentam horizontalmente, beneficiando toda a economia. Algumas se sustentam verticalmente, beneficiando alguns. E outras (renúncias) precisam ser revistas”, disse a ministra.

PREÇOS PRESSIONADOS

Na ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), divulgada na semana passada, o Banco Central destacou que os preços dos alimentos se mantêm elevados e tendem a se propagar para outros preços no médio prazo, “em virtude da presença de importantes mecanismos inerciais [repesses de inflação passada para os preços] da economia brasileira”.

No Relatório de Inflação, divulgado na última quinta-feira, a autoridade monetária avaliou que os preços ao consumidor devem continuar com variações mensais elevadas nos próximos meses. Segundo o documento, a inflação acumulada em 12 meses

deve permanecer em torno de 5,5%, acima do intervalo de tolerância da meta, que é de 4,5%.

“Os preços da alimentação no domicílio devem seguir pressionados, mesmo com alguma moderação em alimentos industrializados em comparação aos últimos meses. Alimentos em natura, que tiveram variações relativamente baixas no período recente, devem apresentar evolução mais próxima ou acima da sazonalidade”, destacou o último Relatório de Inflação.

HADDAD

Também presente ao evento, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, destacou a boa vontade e a estabilidade na troca de comando entre o ex-presidente do BC, Roberto Campos Neto, e o atual presidente, Gabriel Galpoldo. Segundo o ministro, a valorização das instituições é essencial para vencer o que chamou de má polarização.

APOSENTADOS

Em 8 meses, Voa Brasil viabilizou 35,4 mil passagens

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

Criado em julho de 2024, para estimular aposentados a viajarem de avião, o programa federal Voa Brasil já viabilizou a reserva de 35.419 passagens aéreas de até R\$ 200 por trecho (ida ou volta). Resultado suficiente para lotar, em apenas oito meses, 270 aviões com capacidade para até 131 pessoas.

“O objetivo do programa, de incluir novos usuários no transporte aéreo, de permitir que grupos como os aposentados do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) possam encontrar passagens mais acessíveis, sem subsídio, está plenamente atingido”, afirmou o ministro Sílvio Costa Filho, em nota do Ministério de Portos e Aeroportos divulgada na terça-feira.

Segundo a pasta, São Paulo continua sendo a cidade mais procurada pelos aposentados, com 10.261 bilhetes reservados (quase 30% do total), seguida pe-

lo Rio de Janeiro (3.050), Recife (2.745), Fortaleza (2.453) e Brasília (2.268). Entre os 20 principais destinos, apenas três não são capitais: Campinas, em São Paulo; Juazeiro do Norte, no Ceará; e Porto Seguro, na Bahia.

No geral, as passagens reservadas no período têm como destino 82 dos 5.570 municípios. Outra curiosidade: em fevereiro e março deste ano, Recife foi o segundo destino mais procurado pelos beneficiários do programa, ultrapassando a capital fluminense. “Há um dado que mostra o interesse dos aposentados pelo programa. Neste período, cerca de 150 mil beneficiários acessaram o sistema, resultando em 35 mil bilhetes [reservados], ou 24% dos interessados. No site das companhias aéreas, este percentual fica entre 1% e 3%. Ou seja, o número de reservas confirmadas no Voa Brasil tem um percentual muito superior”, avaliou o secretário de Aviação, Tomé Barros Franca.

PW 238 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 04.833.820/0001-15

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 - Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. A evolução de suas operações e os principais fatos ocorridos neste exercício poderão ser examinados através das próprias demonstrações contábeis. Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2025. PW 238 Participações S.A.

Balancos Patrimoniais - Em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais)					Demonstrações dos Resultados - Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)				
Ativo Circulante		2024	2023	Passivo Circulante		2024	2023	Resultado operacional	
Caixa e equivalentes de caixa		1.565	1.452	Obrigações fiscais	4	4	Outras receitas operacionais	-	19
Tributos a recuperar		24	24	Obrigações societárias	2.027	2.000	Despesas administrativas	(5)	(10)
		1.589	1.476		2.031	2.004	Despesas tributárias	(1)	(1)
								(6)	8
Não Circulante				Patrimônio Líquido				Resultado financeiro	
Aplicações financeiras		1.223	1.223	Capital social	359	359	Receitas financeiras	156	180
				Reservas de lucros	422	336	Lucro antes dos tributos	150	188
					781	695	Imposto de renda e contribuição social	(37)	(48)
					2.812	2.699	Lucro líquido do exercício	113	140
							Resultado abrangente do exercício	113	140
							Quantidade de ações	6.176.267	6.176.267
							Lucro por ação do capital social	0,0183	0,0227
Notas Explicativas - Em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais)					Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais)				
1. Contexto Operacional: A PW 238 Participações S.A. ("Companhia"), empresa de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, tem por objetivo a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista, em empreendimentos imobiliários e como cotista em fundos de investimento regularmente constituídos. A Companhia não exerce atividades operacionais. 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis: 2.1 - Base de Preparação - As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC - PME. 2.2 - Moeda funcional e de apresentação - As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional"). 2.3 - Uso de estimativas e julgamentos - A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possui maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota 3. 3. Resumo das Principais Práticas Contábeis: a) Apuração do Resultado - O resultado é apurado pelo regime de competência. b) Caixa e Equivalentes de Caixa - Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado. c) Tributos a recuperar - São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais. d) Ativo não circulante - Aplicações financeiras - Referem-se a investimentos em fundos de renda variável, classificadas como mantidos até o vencimento. e) Passivo circulante - São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos. f) Imposto de renda e contribuição social - Esses impostos e contribuições são calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro presumido. 4. Caixa e Equivalentes de Caixa: Referem-se a aplicações financeiras em renda fixa de curto prazo e de alta, prontamente conversíveis em caixa e sem riscos significativos de alteração de valor. 5. Ativo Não Circulante - Aplicações financeiras: As cotas do fundo de investimento em ações estão contabilizadas ao valor de custo. 6. Obrigações societárias: Referem-se ao saldo de dividendos a pagar no valor de R\$ 132 (R\$ 105 em 2023) e ao saldo de redução de capital no valor de R\$ 1.895. 7. Patrimônio Líquido: a) Capital Social - O capital social está representado por 6.176.267 ações ordinárias, sem valor nominal. b) Dividendos - Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo não inferior a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e Estatuto Social. c) Reservas de Lucros - I. A reserva legal é constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. II. A reserva de retenção de lucros é constituída com saldo remanescente de lucros acumulados em observância da Lei das Sociedades por Ações. 8. Instrumentos Financeiros: A Companhia não efetua transações com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros que tenham caráter especulativo.									
Saldo em 01 de Janeiro de 2023		359	15	214	-	-	588		
Lucro líquido do exercício		-	-	-	140	140			
Destinação:									
Reservas de lucros		-	7	100	(107)	-			
Dividendos propostos		-	-	-	(33)	(33)			
Saldo em 31 de Dezembro de 2023		359	22	314	-	695			
Lucro líquido do exercício		-	-	-	113	113			
Destinação:									
Reservas de lucros		-	6	80	(86)	-			
Dividendos propostos		-	-	-	(27)	(27)			
Saldo em 31 de Dezembro de 2024		359	28	394	-	781			
Diretoria									
Norberto Aguiar Tomaz - Diretor					Itamar Benigno Filho - Procurador				
Marcelo Seixas Cavalcanti de Albuquerque - Contador - CRC-RJ 087065/O-8									

ALCOBAÇA CONSULTORIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 02.073.234/0001-94

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. A evolução de suas operações e os principais fatos ocorridos neste exercício pode ser examinada através das próprias demonstrações contábeis. Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais. Rio de Janeiro, 19 de março de 2025. Alcobaca Consultoria e Participações S.A.

Balancos Patrimoniais - Em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais)					Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercício Findos em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais)				
Ativo Circulante		2024	2023	Passivo Circulante		2024	2023	Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Caixa e equivalentes de caixa		23.330	70.503	Obrigações fiscais	963	74	Resultado do exercício	1.678	(35.777)
Tributos a recuperar		2.081	2.421	Juros sobre capital próprio a pagar	2.526	5.849	Ajustes sobre o resultado do exercício:		
Juros sobre capital próprio a receber		4.635	-	Obrigações com terceiro	284	284	Equivalência patrimonial	16.745	20.388
Outros créditos		5	-	Contas a pagar	-	160	Provisão para perda	5.261	38.982
		30.051	72.924	Prêmio de opção	1	1	Variações monetárias sobre tributos	(259)	(55)
					3.774	6.368	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(16.395)	(14.984)
Não Circulante				Patrimônio Líquido				Resultado do exercício ajustado	
Transações com partes relacionadas		1.300	1.200	Capital social	371.871	371.871	Varição nos Ativos		
Depósito judicial		66	66	Prejuízos acumulados	(262.959)	(260.644)	Tributos a recuperar	599	538
Investimentos		169.694	142.080		108.912	111.227	Juros sobre capital próprio	(4.635)	-
Outros direitos		286	286		201.397	216.556	Outros créditos	(5)	-
		171.346	143.632				Depósito judicial	-	(35)
		201.397	216.556				Varição nos Passivos		
							Juros sobre capital próprio	(7.252)	(2.258)
							Contas a pagar	(160)	46
							Obrigações fiscais	889	25
							Recursos provenientes das (utilizados nas) atividades operacionais	(3.534)	6.870
Demonstrações dos Resultados - Exercício Findos em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais)					Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercício findos em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais)				
Receitas (Despesas) operacionais		2024	2023	Capital social		Prejuízos acumulados		Total	
Resultado de equivalência patrimonial		(16.745)	(20.388)	Saldo em 01 de Janeiro de 2023		371.871		(220.017)	
Despesas administrativas		(1.896)	(1.784)	Juros sobre capital próprio		-		(4.850)	
Despesas tributárias		(763)	(715)	Prejuízo do exercício		-		(35.777)	
Provisões para perda		(5.261)	(38.982)	Saldo em 31 de Dezembro de 2023		371.871		(260.644)	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		16.395	14.984	Ajuste de exercício anterior		-		(63)	
Resultado antes do resultado financeiro		(8.270)	(46.885)	Juros sobre capital próprio		-		(3.930)	
Resultado financeiro		10.885	12.233	Lucro líquido do exercício		-		1.678	
Resultado antes dos tributos		2.615	(34.652)	Saldo em 31 de Dezembro de 2024		371.871		(262.959)	
Imposto de renda e contribuição social		(937)	(1.125)						
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		1.678	(35.777)						
Resultado abrangente do exercício		1.678	(35.777)						
Quantidade de ações		623.637.547	623.637.547						
Lucro (Prejuízo) por ação do capital social		0,00269	(0,05737)						
Notas Explicativas - Em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais)									
1. Contexto operacional: A Alcobaca Consultoria e Participações S.A. ("Companhia"), sociedade de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, tem por objetivo a elaboração de estudos, análises, a prestação de serviços de consultoria a terceiros, a atuação no ramo imobiliário através de compra, venda e locação de imóveis próprios e a participação no capital de outras sociedades. 2. Apresentação das demonstrações contábeis: a) Declaração de conformidade - As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e Resoluções emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade. b) Base de mensuração - As demonstrações contábeis individuais foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo. c) Moeda funcional - As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional"). d) Uso de estimativas e julgamentos - A elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. 3. Resumo das principais práticas contábeis: a) Apuração do resultado - O resultado é apurado pelo regime de competência. b) Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado. c) Tributos a recuperar - São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais. d) Investimentos - Os investimentos em controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial e os demais pelo custo de aquisição deduzido, quando aplicável, de provisão para perda. e) Outros ativos circulantes e não circulantes - São demonstrados pelos valores de custo, incluindo os rendimentos e, quando aplicável, reduzidos aos valores de realização. f) Passivo circulante e não circulante - São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. g) Imposto de renda e contribuição social - São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real. 4. Caixa e equivalentes de caixa: Representado por depósito bancário e aplicações financeiras de renda fixa de curto prazo constituída de quotas de fundo de investimento de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa e sem riscos significativos de mudança de valor. 5. Tributos a Recuperação: Referem-se a créditos tributários advindos de saldos negativos de IRPJ e CSLL. 6. Juros sobre capital próprio a receber: Referem-se a Juros sobre capital próprio deliberado em 30 de dezembro de 2024 pela investida AgroSB Agropecuária S.A. 7. Transações com partes relacionadas (ativo e passivo): Representado por adiantamentos para futuro aumento de capital com investida (ativo) e com acionistas (passivo). 8. Depósito judicial: Trata-se de depósito judicial para suspensão da execução fiscal realizada pelo Conselho Regional de Economia e para seguimento dos embargos para a suspensão de quaisquer cobranças de valores e, assim como restituição de todos os valores não prescritos pagos a título de anuidade. 9. Outros direitos Referem-se a Escritura de Promessa de Cessão de Direitos									
Hereditários sobre 25% de imóvel registrado na matrícula 2050 do cartório do 9º Ofício de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro.									
10. Investimentos									
a) Os investimentos estão assim representados:		2024	2023						
Em controladas e coligadas		40.257	12.643						
Outros investimentos		129.437	129.437						
		169.694	142.080						
b) O resultado de controladas e coligadas:		2024	2023						
Resultado de equivalência patrimonial		(16.745)	(20.388)						
Ganhos (perdas) no investimento		(301)	(191)						
		(17.046)	(20.579)						
11. Juros sobre o capital próprio a pagar: Deliberado nas Reuniões do Conselho de Administração realizadas em: 28 de dezembro de 2021, 28 de abril de 2023, 30 de junho de 2023, 10 de julho de 2024 e 31 de dezembro de 2024. 12. Outras obrigações: Representado por contrato de cessão de crédito com terceiros realizado em 27 de janeiro de 2021. 13. Patrimônio líquido Capital social: O capital social subscrito está representado por 623.637.547 ações ordinárias sem valor nominal. 14. Reversão de provisão: Reversão de provisões para perdas dos ativos informados nos itens 10, 15, Provisões para Perda: Constituído por provisões para perdas dos ativos informados nos itens 7 e 10. 16. Instrumentos financeiros: A Companhia não efetua transações com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros que tenham caráter especulativo.									
Diretoria									
Diogo Alexandre de Melo Bahia - Diretor					Norberto Aguiar Tomaz - Diretor				
Marcelo Seixas Cavalcanti de Albuquerque - Contador - CRC-RJ 087065/O-8									

CENTRO TEA

SP inaugura centro de atendimento para pessoas com autismo

GABRIEL DAMASCENO/AE

A Prefeitura de São Paulo inaugurou ontem, o primeiro Centro Municipal para Pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo (Centro TEA).

Localizada em Santana, na zona norte da capital, a unidade recebeu um investimento de R\$ 119,4 milhões - R\$ 1,5 milhão para o projeto, R\$ 54,7 milhões para a obra e R\$ 63,2 milhões para o Lar Mãe do Divino Amor (LEMDA), responsável pela gestão do espaço - e leva o nome de Marina Magro Berings Martinez, mãe atípica e ex-procuradora da cidade falecida em novembro de 2024.

De acordo com a administração municipal, o local vai acolher crianças com TEA a partir de 6 anos de idade e seus familiares, com capacidade para mais de 300 sessões individuais e 1.430 atividades coletivas por mês. Outros três centros estão previstos até 2028.

As atividades serão baseadas em seis eixos principais: cultura, esporte, trabalho e empreendedorismo, cursos de formação, bem-estar e autonomia social. A gestão prevê ações como oficinas de música, dança, teatro e pintura; modalidades esportivas como natação, atletismo e futebol; e capacitações para acesso ao mercado de trabalho.

Para estimular a autonomia, também foi construída uma unidade habitacional equipada, onde pessoas no espectro poderão desenvolver habilidades de autocuidado e organização, com atividades adaptadas a diferentes níveis de independência.

ACOMPANHAMENTO

Os atendimentos terão duração de até 12 meses, com

três sessões diárias, podendo ser estendidos para 24 meses. A cada trimestre, a equipe multidisciplinar composta por psicólogos, assistentes sociais, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais e psiquiatras, entre outros profissionais, revisará o plano individual de atendimento e fornecerá um feedback aos familiares.

Após o término dos atendimentos, a equipe acompanhará o aluno por seis meses para avaliar a efetividade do plano e a necessidade de reintegração ao centro.

O familiar principal poderá participar de até três atividades diárias, como workshops e palestras, enquanto o familiar secundário terá direito a uma atividade por dia. Profissionais que atuam ou desejam atuar com pessoas com autismo, incluindo servidores públicos do município, poderão participar de capacitações, seminários e conferências oferecidos pelo centro.

TRIAGEM

Para agendar a triagem, é preciso acessar o site do Centro TEA (teaconectado.com.br) e clicar em "Iniciar Cadastro". Em seguida, é necessário preencher os dados da pessoa a ser atendida (nome, data de nascimento e endereço com CEP), anexar os documentos exigidos (laudo médico e comprovante de endereço) e escolher a data e o horário do encontro.

De acordo com a prefeitura, a equipe da unidade analisará a solicitação para verificar se a pessoa atende os critérios e, em caso positivo, a confirmação do agendamento será enviada por WhatsApp, telefone ou e-mail em até sete dias úteis.

ENCHENTES NA MIRA

Câmara aprova CPIs para investigar gestão de Nunes

ZECA FERREIRA/AE

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou ontem, a criação das duas primeiras Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) desta legislatura. Uma delas terá a missão de investigar as enchentes recorrentes no Jardim Pantanal, na Zona Leste da cidade. A outra irá apurar possíveis fraudes no programa de Habitação de Interesse Social (HIS).

O regimento da Câmara permite a instalação de até cinco CPIs simultaneamente. No entanto, a maioria dos vereadores decidiu limitar esse número a duas, alegando que um volume maior poderia comprometer os

trabalhos da Casa. Em 2025, já foram protocolados 20 pedidos de abertura de CPIs.

Parlamentares do PSOL têm pressionado pela criação de novas comissões, incluindo uma para investigar possíveis abusos nos preços cobrados nos cemitérios.

A CPI das Enchentes foi proposta pelo vereador Alessandro Guedes (PT), enquanto a CPI da Habitação de Interesse Social foi apresentada por Rubinho Nunes (União Brasil). Ambas as CPIs terão duração inicial de 120 dias, prorrogáveis por mais 120.

Com a aprovação das comissões, os líderes partidários terão uma semana para indicar seus representantes, seguindo a proporcionalidade das bancadas.

DELATOR DO PCC

Procurador não vê indício de propinas e inocenta deputado

FAUSTO MACEDO
E RAYSSA MOTTA/AE

O Ministério Público de São Paulo arquivou sumariamente investigação sobre denúncia do empresário Antônio Vinícius Lopes Gritzbach, delator do PCC que atribuiu a seu advogado relatos de suposto pagamento de propinas a policiais civis e também ao deputado estadual Antônio Olim (PP).

Em despacho de oito páginas, o procurador de Justiça Sérgio Turra Sobrane alertou para a "inexistência de indícios do cometimen-

to de infração penal, por conseguinte, de justa causa para a instauração da persecução penal" contra Olim.

Sobrane é coordenador da Assessoria de Competência Originária Criminal, braço do Procurador-Geral de Justiça que atua exclusivamente em apurações sobre autoridades com prerrogativa de foro.

"Com efeito, a notícia de fato não está instruída com elementos de informação minimamente suficientes para a instauração de procedimento investigatório de natureza criminal", cravou o pro-

Cada CPI contará com sete membros, e os presidentes dos colegiados serão os próprios autores dos requerimentos.

Durante a sessão plenária, o vereador Rubinho Nunes cobrou agilidade na definição dos membros da CPI. "Tem empresa recebendo incentivo público para construir habitação popular e vendendo imóvel para quem está acima do limite permitido. Isso é fraude. A CPI vai investigar caso a caso, expor os responsáveis e proteger quem realmente precisa de moradia acessível", afirmou.

Segundo Rubinho, a expectativa é que os trabalhos da comissão tenham início com requerimentos de informações ao Exe-

cutivo municipal, construtoras e cartórios. O objetivo é realizar uma varredura minuciosa nos contratos firmados com base nos incentivos e verificar se o público-alvo foi de fato respeitado, esclareceu.

Já o vereador Alessandro Guedes destacou que a proximidade do Jardim Pantanal com a cidade de Guarulhos torna a situação ainda mais complexa. "Nosso objetivo com essa CPI não é promover uma caça às bruxas ou apenas apontar culpados pelo sofrimento da população, embora essa questão também seja analisada. O foco principal é identificar e propor soluções para o problema das enchentes", afirmou.

curador. Gritzbach foi fuzilado em novembro do ano passado no Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos, quando chegava de uma viagem a Maceió. A Promotoria denunciou à Justiça seis envolvidos no assassinato do delator do PCC, entre eles três policiais militares. Segundo a denúncia, os acusados aceitaram 'promessa de recompensa para a execução e participação no crime' "Verdadeiros mercenários de aluguel", diz a acusação.

Ao analisar o anexo da delação de Gritzbach que indica suposta corrupção policial e menciona o deputado Olim, o procurador ponderou que 'há nos autos apenas a declaração firmada por Antônio Vinícius Lopes Gritzbach em que afirma ter recebido informação de seu advogado acerca da exigência de pagamento feita pelas autoridades mencionadas'.

O delator do PCC citou os delegados Fábio Pinheiro Lopes, o Fábio Caipira, e Murilo Fonseca Roque. Mas também com relação a eles, Gritzbach não entregou nenhuma prova que desse embasamento à sua acusação.

O próprio advogado Ramsés Benjamin Samuel Costa Gonçalves - de quem o delator disse ter ouvido relato sobre propinas para o parlamentar e delegados -, derribou a versão. Em depoimento à

Corregedoria da Polícia Civil, Ramsés foi taxativo e negou ter dito ao delator que repassou R\$ 4,2 milhões a Olim, Fábio Caipira e Murilo.

Na promoção de arquivamento da investigação sobre o deputado Olim, o procurador Sérgio Sobrane observou que 'os elementos de informação referentes aos investigados que não possuem foro especial por prerrogativa de função deverão ser encaminhados ao Gaeco para prosseguimento das investigações'.

Gritzbach havia firmado acordo de colaboração premiada com o Ministério Público no âmbito de um processo criminal em curso na 1ª Vara de Crimes Tributários, Organização Criminosa e Lavagem de Bens e Valores da Capital.

Em um anexo de sua delação, Gritzbach contou que o advogado Ramsés Benjamin Samuel Costa Gonçalves - constituído para sua defesa em dois inquéritos e no bojo de uma medida cautelar -, pediu a ele R\$ 5 milhões, alegando que R\$ 800 mil seriam referentes a honorários e o restante para pagamento de propinas a Olim e aos delegados - o ajuste financeiro seria realizado via transferência de dois imóveis, cheques e operação bancária. Em troca, os policiais e o deputado 'resolveriam todos os seus problemas'.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ATA DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 01ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO ("CRI")

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis da 1ª (Primeira) Série da 1ª (Primeira) Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o Termo De Securitização De Créditos Imobiliários Certificados De Recebíveis Imobiliários Da 1ª (Primeira) Série Da 1ª (Primeira) Emissão Da Canal Companhia De Securitização, ("Termo De Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 22 de abril de 2025, às 15:45 horas, e em caso de não instalação, em 2ª (segunda) convocação no dia 30 de abril de 2025, às 15:45 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial de será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2024; e (II) Autorizar a Emissora e o Agente Fidejuciaro a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos aos Titulares dos CRI, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM 60, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada, caso a Assembleia Especial não seja instalada, inclusive em segunda convocação, de qualquer Assembleia Especial não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Instruções Gerais: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail fiduciario@canalcomp.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial – CRI AR-QUIPLAN 01", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente; (c) documentos societários com poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e (e) quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 02 de abril de 2025. Nathalia Machado Loureiro - Diretora de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 98ª EMISSÃO, EM 3ª SÉRIE, DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários em 3ª Série, da 98ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o Termo de Securitização De Créditos Imobiliários das 1ª, 2ª e 3ª séries da 98ª emissão da Canal Companhia De Securitização de Certificados de Recebíveis Imobiliários lastreados em Créditos Imobiliários devidos pela MS ITAUBA EMPREENDIMENTOS LTDA. ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 22 de abril de 2025, às 15:30 horas, e em caso de não instalação, em 2ª (segunda) convocação no dia 30 de abril de 2025, às 15:30 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial de será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2024; e (II) Autorizar a Emissora e o Agente Fidejuciaro a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos aos Titulares dos CRI, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM 60, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada, caso a Assembleia Especial não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Instruções Gerais: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail assembles@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial – CRI (Itaubá) (98)", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente; (c) documentos societários com poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e (e) quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 02 de abril de 2025. Nathalia Machado Loureiro - Diretora de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO, DA 1ª, 2ª E 3ª SÉRIES, DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários, em da 1ª, 2ª e 3ª Séries, da 2ª (segunda) Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o Termo De Securitização De Créditos Imobiliários Lastreados em Créditos Imobiliários devidos pela Fior do Cas Empreendimentos Imobiliários LTDA. Para Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série, 2ª Série e 3ª Série da 2ª Emissão da Canal Companhia De Securitização. ("Termo De Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 22 de abril de 2025, às 15:00 horas, e em caso de não instalação, em 2ª (segunda) convocação no dia 30 de abril de 2025, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial de será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRI, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2024; e (II) Autorizar a Emissora e o Agente Fidejuciaro a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos aos Titulares dos CRI, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM 60, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada, caso a Assembleia Especial não seja instalada, inclusive em segunda convocação, de qualquer Assembleia Especial não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Instruções Gerais: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail assembles@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial – CRI GAFISA (02)", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente; (c) documentos societários com poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e (e) quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 02 de abril de 2025. Nathalia Machado Loureiro - Diretora de Securitização

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS CLASSES SÊNIOR E SUBORDINADA DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, LASTREADOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO DEVIDOS POR ADAIR VENDRUSCOLO JÚNIOR

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª (Primeira), 2ª (Segunda) e 3ª (Terceira) Séries da 3ª (Terceira) Emissão da Canal Companhia de Securitização, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, São Paulo/SP, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Títulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o Termo de Securitização De Direitos Creditórios do Agronegócio das Classes Sênior e Subordinada da 3ª (Terceira) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio, devidos por Adair Vendruscolo Júnior. ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 22 de abril de 2025, às 15:15 horas, e em caso de não instalação, em 2ª (segunda) convocação no dia 30 de abril de 2025, às 15:15 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial de será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRA, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Examinar, discutir e aprovar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício financeiro findo em 31 de dezembro de 2024; e (II) Autorizar a Emissora e o Agente Fidejuciaro a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Informamos aos Titulares dos CRA, conforme previsto no §2º, do artigo 25, da Resolução CVM 60, que serão automaticamente aprovadas as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada, caso a Assembleia Especial não seja instalada, inclusive em segunda convocação, em virtude do não comparecimento de quaisquer investidores. Instruções Gerais: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para o e-mail agente.fiduciario@vortex.com.br, jsc@vortex.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial-CRA VENDRUSCOLO 03", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente; (c) documentos societários com poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e (e) quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRA indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRA, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 02 de abril de 2025. Nathalia Machado Loureiro - Diretora de Securitização

TRAMA GOLPISTA

Moraes rejeita prender Bolsonaro por protestos no Rio

RAYSSA MOTTA/AE

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), rejeitou ontem, um pedido para decretar a prisão preventiva do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) por convocar manifestações pela anistia dos golpistas do 8 de Janeiro.

O ministro acolheu o parecer da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra a prisão do ex-presidente. O procurador-geral Paulo Gonet afirmou que não vê crime nos protestos a favor da anistia, desde que eles sejam "pacíficos".

Bolsonaro participou de um ato em Copacabana no dia 16 de março em prol da anistia aos condenados pelos atos golpistas de 8 de Janeiro. Um levantamento do Monitor do Debate Público do Meio Digital, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) da Universidade de São Paulo (USP), apontou que a manifestação reuniu 18,3 mil pessoas. O valor representa menos de 2% do público de um milhão de pessoas que era aguardado para o ato.

Gonet alegou também que a avaliação sobre a necessidade de prisão ou de outras medidas cautelares contra o ex-presi-

dente foi feita ao oferecer a denúncia do plano de golpe e que "não há circunstância nova capaz de modificar o entendimento anteriormente firmado pelo parquet".

Já existe uma ação penal em curso contra o ex-presidente. Qualquer "fato novo" que justifique sua prisão ou outra medida cautelar será avaliado no processo. O passaporte de Bolsonaro está retido na investigação.

A notícia-crime contra Bolsonaro - agora arquivada por Moraes - foi movida pela vereadora do Recife Liana Cristina (PT). Ao acionar o STF, a vereadora afirmou que o objetivo do

ex-presidente ao convocar a manifestação foi a "incitação a novos atos que comprometam a ordem pública e a estabilidade democrática".

A decisão de Moraes afirma que a parlamentar não tem legitimidade formal para pedir a prisão do ex-presidente e que essa atribuição é da Procuradoria-Geral da República.

"Diante do exposto, acolho a manifestação da Procuradoria-Geral da República e não conheço dos pedidos formulados por ilegitimidade de parte, nos termos do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal", escreveu o ministro.

ATOS GOLPISTAS

Moraes manda prender Léo Índio, foragido na Argentina

RAYSSA MOTTA/AE

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), decretou ontem, a prisão preventiva de Leonardo Rodrigues de Jesus, o Léo Índio, primo dos três filhos mais velhos do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). A defesa confirmou que ele está na Argentina e que formalizou um pedido de refúgio no país. O STF deve pedir sua extradição.

Léo Índio é réu por participação nos atos golpistas de 8 de Ja-

neiro. Ele teve os passaportes cancelados no processo como medida cautelar para impedir uma possível fuga, mas o documento não é necessário para cruzar fronteiras entre países do Mercosul.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) foi a favor da prisão. O procurador-geral Paulo Gonet argumentou em parecer enviado ao STF, que "ao se evadir para a Argentina, Leonardo Rodrigues de Jesus deliberadamente descumpriu medida cautelar alternativa à prisão, a evi-

denciar sua insuficiência, o desrespeito com a aplicação da lei penal e desrespeito às decisões emanadas pelo Supremo Tribunal Federal".

"A transgressão de tal medida por Leonardo Rodrigues de Jesus, além de injustificada, é causa hábil a autorizar o estabelecimento de sua custódia preventiva", defendeu Gonet.

Leo Índio responde por cinco crimes:

- associação criminosa armada;
- tentativa de abolição violenta

- do Estado Democrático de Direito;
- golpe de Estado;
- dano qualificado pela violência e grave ameaça, contra o patrimônio da União, com considerável prejuízo para a vítima;
- deterioração de patrimônio tombado.

Na semana passada, o STF negou um recurso da defesa de Léo Índio e manteve a decisão que recebeu a denúncia contra ele e o tornou réu por participação nos atos de vandalismo na Praça dos Três Poderes.

QUEBRA DE SIGILO

Advogado de ex-assessor de Moraes vai a OAB contra o ministro

POR RAYSSA MOTTA

O criminalista Eduardo Kuntz estuda acionar o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) contra o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), por ter autorizado a quebra do sigilo de mensagens dele com o perito computacional Eduardo Tagliaferro.

Ao Estadão, o advogado afirmou que vai pedir "providências" da OAB. Ele considera que teve as prerrogativas profissionais violadas.

O perito Eduardo Tagliaferro foi indiciado ontem, pelo vazamento de conversas de servidores dos gabinetes de Moraes no Supremo Tribunal Federal e no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

No relatório final da investigação, a Polícia Federal informa que, com autorização do ministro, analisou as con-

versas entre o perito e seu advogado "a fim de atestar ou reafirmar a prática de outras condutas ilícitas atreladas a esta investigação".

"Cabe rememorar que os ataques direcionados a membros do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral indicavam a atuação de uma organização criminosa, com diversos núcleos, voltada a práticas de crimes que englobam, entre outros, a desestabilização do Estado Democrático de Direito", justificou o delegado Thiago Batista Peixes, responsável pela investigação.

"Portanto, a análise teve por fim verificar o pertencimento à organização criminosa, bem a prática de condutas orientadas para atingir um objetivo comum."

Com base nos diálogos, a PF descartou "infrações penais extras".

SEGURANÇA

STF decide que prática de revista vexatória em presídios é ilegal

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem que a prática de revista íntima vexatória nos presídios do país é ilegal. A medida é usada pela administração penitenciária para evitar a entrada de drogas, armas e celulares.

Com a decisão, a Corte passa a entender que a inspeção das cavidades corporais e o desnudamento de amigos e parentes de presos sem justificativa é "inadmissível".

Dessa forma, drogas e objetos ilegais encontrados nos corpos de visitantes não poderão ser usados como provas para criminalizá-los, se forem obtidos a partir da revista vexatória.

Apesar da proibição, a Corte entendeu que a administração dos presídios pode negar a entrada de visitantes que não aceitaram passar por nenhum tipo de revista. Contudo, a inspeção deve ser justificada com base em suspeitas de porte de objetos ilegais, denúncias anônimas e informações de inteligência.

O Supremo definiu ainda prazo de 24 meses para que presídios de todo o país comprem scanners corporais, esteiras de raio-x e portais detectores de metais. Recursos do Fundo Penitenciário Nacional e do Fundo Nacional de Segurança Pública deverão ser usados pelo governo federal e os estados para a compra dos equipamentos.

Nos locais onde não houver equipamentos instalados, a revista íntima poderá ser realizada se houver indício de que o visitante está tentando entrar na penitenciária com objetos ilegais.

Nesses casos, além de ser justificada, a inspeção deverá ser realizada com autorização do visitante, que poderá ser barrado se não concordar.

A Corte julgou um recurso do Ministério Público para reverter a absolvição de uma mulher flagrada tentando entrar em um presídio de Porto Alegre com 96 gramas de maconha, que estavam enrolados em um preservativo e acondicionados na vagina.

BARRAGEM

Brumadinho: Justiça determina que Vale mantenha benefício a atingidos

LÉO RODRIGUES/ABRASIL

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) determinou que a Vale assegure, sem nenhuma redução de valor, os repasses mensais do Programa de Transferência de Renda (PTR). A medida atende pedido dos atingidos da tragédia ocorrida em Brumadinho (MG), que são os beneficiários dos pagamentos. Eles questionavam o corte que passou a vigorar no mês passado. Os valores caíram pela metade e o fim do benefício estava previsto para abril de 2026.

A tragédia se deu em janeiro de 2019, quando a ruptura de uma barragem situada na Mina Córrego do Feijão liberou uma avalanche de rejeitos que alcançou o Rio Paraopeba e gerou impactos a co-

munidades de diversos municípios. A lama também soterrou 272 vidas, incluindo nessa conta dois bebês de mulheres que estavam grávidas.

"Há evidências nos autos de que as famílias e indivíduos atingidos ainda não alcançaram condições equivalentes às precedentes ao rompimento das barragens da Mina Córrego do Feijão, de forma que é juridicamente plausível a conclusão de que têm direito à continuidade do recebimento de auxílio emergencial", escreveu o juiz Murilo Silvio de Abreu, em despacho no último sábado. Ainda cabe recurso.

O PTR foi uma das medidas estabelecidas no acordo global de reparação dos danos firmado em 2021 entre a Vale, o governo de Minas Gerais, Ministério Público

de Minas Gerais (MPMG), Ministério Público Federal (MPF) e a Defensoria Pública do estado (DPMG). O programa foi apresentado como substituto de um auxílio emergencial que vinha sendo pago pela Vale mensalmente aos atingidos desde a tragédia. Para tanto, foi garantido um aporte de R\$ 4,4 bilhões, cerca de 11,7% do total de R\$ 37,68 bilhões previstos no acordo.

Os valores do PTR foram inicialmente mantidos nos patamares do auxílio emergencial vigentes à época: meio salário mínimo por adulto, a metade dessa quantia por adolescente e um quarto para cada criança. Conforme ficou o acordo global de reparação, o MPMG, o MPF e a DPMG for-

maram o colegiado responsável por fiscalizar o PTR. Eles elaboraram um edital que levou à escolha da Fundação Getúlio Vargas (FGV) como gestora dos recursos.

A contratação de uma entidade independente foi uma solução apresentada diante das críticas dos atingidos sobre auxílio emergencial que vigorava até então: eles se queixavam do poder que tinha a Vale para decidir quem teria direito ao benefício.

De acordo com a FGV, o PTR instituiu critérios de enquadramento diferentes dos que eram adotados anteriormente pela mi-neradora, levando à ampliação do número de atingidos atendidos, que atualmente superaram a marca dos 150 mil.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS CONCESSÃO DE LICENÇA 9.138.328/0001-50

JETH ENGENHARIA COMERCIO E SERVIÇO LTDA – CNPJ: 48.80.867/0001-97, torna pública que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Proteção Animal de Duque de Caxias – SMMAPA a LICENÇA DE OPERAÇÃO DE Nº 023/2025, emitida em 13 de março de 2025. Esta Licença é válida até 13 de março de 2030. Autoriza a empresa para atividade de Armazenamento, Manipulação e Envase de saneantes, localizado na Rua Bohemia, S/N, Quadra 27, Lote 53, Bairro Chácara Rio Petrópolis, 2º Distrito do Município de Duque de Caxias - RJ

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA CNC SESC E SENAC ADMINISTRAÇÕES NACIONAIS LTDA.
CNPJ nº 30.304.919/0001-30 – NIRE JUCERJA nº 33400000021

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA
O Diretor Presidente da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados da CNC Sesc e Senac Administrações Nacionais Ltda., no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca seus 14 delegados, em condições de votar, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária no dia 28 de abril de 2025. As assembleias serão realizadas de forma virtual, por meio da ferramenta de reunião on-line Teams, cujo link de acesso será disponibilizado por e-mail e Whatsapp. A primeira convocação será às 10 horas com a presença de 2/3 (dois terços) dos delegados; a segunda convocação será às 11 horas, com a presença de metade mais um dos delegados; e a terceira convocação às 13 horas, com a presença mínima de 10 (dez) delegados, para deliberar sobre os seguintes assuntos, que compõem a ordem do dia: **Ordem do dia da AGE: I-** Reforma do Estatuto Social; **Ordem do dia da AGO: I-** Prestação de contas do exercício de 2024, compreendendo relatório de gestão, demonstrativos de sobras, parecer do conselho fiscal; **II-** Distribuição das sobras apuradas e rateio; **III-** Aplicação e Uso do FATES; **IV-** Aprovação do Regulamento da Auditoria Interna; **V-** Aprovação referente à atualização das políticas: Política Cibernética, Política PLD-FT, Política de RH, Política de Risco, Política de Crédito. **VI-** Eleição para membro do Conselho Fiscal. **VII-** Assuntos de interesse geral.
Rio de Janeiro, 01 de abril de 2025.
ANTONIO GILMAR MARTINS VIANA

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA CERVEJA E BEBIDAS EM GERAL E DE ÁGUAS MINERAIS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Pelo presente Edital, o Sr. Washington na qualidade de membro desta entidade sindical, diante da sentença prolatada nos autos do processo nº 0100769-58.2022.5.01.0077, convoca de forma transparente e pública, todos os associados desta entidade sindical, com a finalidade de formar a diretoria transitória, com seus respectivos membros, para que seja definido o quadro de direção até que sejam convocadas novas eleições, em momento futuro próximo. A realizar-se no dia 04 de abril de 2025, no período de 10hs as 17hs, endereço Rua Nelson Cardoso nº 309 – Auditório Rio de Janeiro, 02 de abril de 2025.
Washington Luiz Marcelino dos Santos

GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA DEFESA
BRASIL
UNião e Reconstrução

PREGÃO 05/2025
A União por intermédio da Escola Superior de Guerra - Ministério da Defesa torna Público, para conhecimento dos interessados, através do Pregoeiro nomeado na Portaria nº 3040/ESG, de 17 de junho 2024, que fará realizar licitação, na modalidade de PREGÃO TRADICIONAL, na forma ELETRÔNICA, tipo Menor Preço Por Item, tendo por finalidade a aquisição de Material de Serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva da Gráfica da ESG, Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro - RJ. A sessão pública será realizada no dia 24 de abril de 2025, às 09h00min, na forma eletrônica, no portal de compras do governo federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>).

GIGA MAIS FIBRA TELECOMUNICAÇÕES S.A.
Companhia Aberta - Categoria A - Registro CVM nº 27.502
CNPJ/MF: 07.714.104/0001-07 - NIRE 33300328980
EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
Nos termos do artigo 124 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), ficam os Srs. Acionistas da Giga Mais Fibra Telecomunicações S.A., sociedade anônima com registro de emissora de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") - Categoria "A" - sob o código 27.502, devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob n.º 07.714.104/0001-07, com sede à Rua Manoel Serrazina, n.º 620, bairro Almas do Mato, CEP 28640-000, na cidade do Carmo, Estado do Rio de Janeiro ("Companhia"), convocados para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGE"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 24 de abril de 2025, às 11 horas, no formato híbrido, isto é, remotamente, por videoconferência via plataforma digital *Microsoft Teams* ("Plataforma Digital"), e presencialmente no escritório administrativo da Companhia, na Rua Henrique Schaumann, nº 270, 12º andar, bairro Pinheiros, CEP 05413-010, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme previsto no inciso II do art. 70 da Resolução nº 81 da CVM, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), para deliberarem acerca das seguintes matérias: **Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, incluindo o relatório da administração e o parecer dos auditores independentes; **(ii)** as propostas de (a) destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 e, (b) excepcionalmente em relação ao exercício social corrente, majorar o percentual do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 18, inciso II, para 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido auferido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, em conformidade com o disposto no artigo 202, §2º da Lei das Sociedades por Ações; e **(iii)** eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (i)** fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025. **Instruções Gerais** A participação na AGE será realizada por meio da plataforma digital *Microsoft Teams*, que possibilitará a participação e votação a distância dos acionistas. Para o computo da presença dos acionistas, seja por comparecimento presencial ou virtual, os acionistas deverão enviar, até 1 (um) dia antes da realização da AGE, para o e-mail: societario@alloha.com, com cópia para: ri@alloha.com; (f) a confirmação de sua participação acompanhada do CNPJ ou CPF dos acionistas, conforme o caso, (ii) a indicação dos representante(s) que participará(ão) da AGE, informando seu CPF, telefone e e-mail para contato, e (iii) as cópias dos respectivos documentos de comprovação de poderes, incluindo eventual procuração outorgada nos termos do artigo 126, §1º da Lei das Sociedades por Ações. A Companhia enviará aos acionistas, por e-mail, na data de envio deste Edital de Convocação, as orientações para acesso ao local e os dados para conexão à plataforma *Microsoft Teams*. No dia de realização da AGE, recomenda-se que os acionistas que comparecerão virtualmente, que se conectem com 10 (dez) minutos de antecedência para aferição dos participantes. A participação por meio da plataforma digital garante aos acionistas a sua presença na AGE e estes serão considerados, para todos os fins, assinantes da ata. As informações detalhadas relativas à participação na AGE por meio do sistema eletrônico estão disponíveis na Proposta da Administração para a AGE ("Proposta de Administração") que está disponível na sede da Companhia.
Carmo/RJ, 3 de abril de 2025.
Eduardo Sirotsky Melzer - Presidente do Conselho de Administração

**MAIS ARMAS NAS RUAS**

Câmara do Rio aprova proposta para armar Guarda Municipal

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

A Câmara de Vereadores do Rio aprovou ontem, em primeira discussão, a proposta do prefeito Eduardo Paes (PSD) que autoriza a Guarda Municipal a utilizar arma de fogo. A medida dá poderes também à corporação de realizar ações de segurança pública, policiamento ostensivo, preventivo e comunitário.

De acordo com a proposta, os agentes deverão passar por treinamento específico, além de poder utilizar armas de menor potencial ofensivo. Com todos os 51 parlamentares da Casa presentes, a proposta teve 43 votos favoráveis e sete contrários. A vereadora Rosa Fernandes (PSD), mesmo presente à sessão, não quis votar.

O Parlamento agora respeitará um intervalo de pelo menos dez dias, como estabelece o Regimento Interno da Casa, antes de votar o projeto em segunda discussão, o último passo antes de ir à sanção ou veto do Poder Executivo.

"Diante da realidade da nossa cidade, pela primeira vez as ideologias foram deixadas de lado para se pensar na qualidade de vida do cidadão. Uma guar-

da armada é fundamental para garantir a segurança dos cariocas. Desde 2018 estamos tentando aprovar essa proposta. Por isso, esta Casa está dando importante passo para melhorar a qualidade de vida da população", afirmou Dr. Gilberto (SD), autor do substitutivo aprovado.

Para o vereador Pedro Duarte (Novo), a Câmara do Rio precisava discutir de vez a guarda armada na cidade. "Tenho a convicção de que precisamos fazer como São Paulo, Belo Horizonte e Curitiba, garantindo uma Guarda Municipal devidamente armada, treinada e qualificada, para que possa prestar um serviço de qualidade aos nossos cidadãos", disse.

Contrária ao projeto, a vereadora Thais Ferreira (PSOL) lamentou que a política de segurança pública obedeça à lógica do enfrentamento.

"Eu já fui ambulante e cheguei a ser agredida por agentes do Estado. Os dados mostram que as políticas armamentistas não elevam a segurança, pelo contrário, colocam os cidadãos em risco". Para ela, "uma cidade que se quer antirracista e não truculenta não pode colocar mais armas nas ruas".

EUA

Juíza derrota Trump e Musk, e vence eleição a Suprema Corte

A juíza Susan Crawford, apoiada pelos democratas, venceu na terça-feira passada, a eleição para a Suprema Corte do Estado de Wisconsin. O resultado do pleito representou uma derrota para o presidente dos Estados Unidos, Donald

Trump, e para o empresário Elon Musk, que apoiaram o ex-procurador-geral do Estado Brad Schimel.

A vitória de Crawford consolidou a maioria democrata no tribunal pelos próximos três anos. Como magistrada no condado de Dane, Crawford tem

um histórico de decisões a favor do direito ao aborto e das entidades sindicais. O ex-presidente Barack Obama e o investidor George Soros manifestaram apoio à juíza.

A disputa bateu recorde de gastos e serviu de termômetro para outras batalhas políticas

no país. Musk esteve em Wisconsin no domingo para se juntar à campanha de Schimel. O empresário, que comanda o Departamento de Eficiência Governamental do governo americano, entregou pessoalmente cheques de US\$ 1 milhão aos eleitores.

ORÇAMENTO

Governo sul-africano corre risco de entrar em colapso com partidos

O governo de unidade da África do Sul corre o risco de entrar em colapso, após o segundo maior partido político do país, a Aliança Democrática (DA), romper com parceiros como o partido Congresso Nacional Africano (ANC, na sigla em inglês) e votar contra o orçamento nacional, ontem. A justificativa foi a impossibilidade de apoiar um aumento de

impostos que sobrecarregaria ainda mais a maioria pobre da população do país.

O orçamento contestado aumentaria o Imposto sobre Valor Agregado - que é pago sobre bens e serviços, incluindo alimentos e eletricidade - em meio ponto porcentual a partir do mês que vem, com outro meio ponto porcentual introduzido no ano que vem. É esperado que

o aumento gere mais de 15 bilhões de rands (cerca de US\$ 800 milhões) em receita por ano para financiar programas de saúde, educação e serviços sociais.

O líder do partido rival de esquerda Economic Freedom Fighters (EFF), Julius Malema, comemorou o atrito. "Estamos felizes por termos conseguido quebrar esse chamado governo de unidade nacional. O que está unindo

vocês se vocês não conseguem concordar com algo como um orçamento nacional?", disse.

O ministro das Finanças sul-africano, Enoch Godongwana, levantou dúvidas sobre a capacidade do DA de permanecer no governo. "Não acho que você pode votar contra um orçamento, e amanhã você quer crescer e fazer parte de sua implementação. Não pode ser", defendeu.

FAKE NEWS

Musk reage à notícia de que sairá do Doge nas próximas semanas

PEDRO LIMA/AE

O CEO da Tesla, Elon Musk, chamou de "fake news" a informação de que deve se afastar, já nas próximas semanas, de suas funções à frente do Departamento de Eficiência Governamental (Doge), como informou o *Politico*.

Musk compartilhou em seu perfil no X a publicação da porta-voz da Casa Branca, Karoline

Leavitt, que já havia negado que o presidente Donald Trump tenha reforçado a seus aliados que o bilionário deixaria o cargo público em breve.

Porta-voz da Casa Branca reitera que Musk sairá do Doge somente depois de completar trabalho.

A porta-voz da Casa Branca, Karoline Leavitt, negou que o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, tenha reforçado a

aliados que Elon Musk, chefe do Departamento de Eficiência Governamental (Doge, na sigla em inglês), deve se afastar nas próximas semanas, como publicado mais cedo pelo *Politico*. "Trump já disse publicamente que Elon deixará o serviço público depois de terminar seu incrível trabalho no Doge", escreveu Leavitt no X.

Mais cedo, uma pesquisa apontou que 58% dos entrevistados desaprovam a gestão de

Musk à frente do Doge, enquanto 41% a aprovam - a menor taxa registrada desde o início do novo mandato de Trump.

O próprio Musk já havia afirmado que suas empresas estavam "sofrendo" por sua presença no governo, referindo-se aos ataques contra a Tesla e à queda das ações da companhia. O bilionário também mencionou que esperava concluir os cortes no Doge até o fim de maio.

CONFIANÇA

Primeira-ministra da Dinamarca visita Groenlândia em meio a ameaças de Trump

A primeira-ministra dinamarquesa, Mette Frederiksen, está viajando para a Groenlândia ontem, para uma visita de três dias com o objetivo de construir a confiança dos líderes groenlandeses, em um momento em que o governo Trump busca o controle do vasto território ártico.

Mette Frederiksen anunciou planos para sua visita após o vice-presidente dos EUA, JD Vance, ter visitado uma base aérea americana na Groenlândia na semana passada e acusado a Dinamarca de investir pouco no território.

A Groenlândia é uma ilha rica em minerais e estrategicamente crítica, tornando-se mais acessível devido às mudanças climáticas. Trump afirmou que a massa terrestre é essencial para a segu-

rança dos EUA. Ela faz parte da América do Norte, mas é um território semiautônomo pertencente ao Reino da Dinamarca.

A primeira-ministra deve se reunir com o novo líder groenlandês, Jens-Frederik Nielsen, após uma eleição no mês passado que resultou em um novo governo. Nielsen afirmou no último fim de semana que os EUA não ficarão com a Groenlândia, em reação às afirmações de Donald Trump de que os norte-americanos assumirão o controle do território insular.

Mette Frederiksen também deve se encontrar com o futuro Naalakkersuisut, o gabinete ministerial, durante a visita que deve durar até sexta-feira.

"Tenho o mais profundo res-

peito por como o povo groenlandês e os políticos groenlandeses lidam com a grande pressão que há sobre a Groenlândia", disse ela em um comunicado do governo anunciando a visita.

Na agenda, estão conversas com Nielsen sobre a cooperação entre Groenlândia e Dinamarca.

Há anos, o povo da Groenlândia, com uma população de cerca de 57 mil pessoas, trabalha para alcançar a independência da Dinamarca. As ameaças do governo Trump de assumir o controle da ilha de qualquer maneira, possivelmente até com força militar, irritaram muitos na Groenlândia e na Dinamarca.

O novo governo quer adotar uma abordagem mais lenta sobre a questão da eventual indepen-

dência. O grupo político na Groenlândia mais simpático ao presidente dos EUA, o partido Naleraq, que defende um caminho rápido para a independência, foi excluído das negociações da coalizão para formar o próximo governo.

Peter Viggo Jakobsen, professor associado da Academia de Defesa Dinamarquesa, disse na semana passada que as aspirações do governo Trump para a Groenlândia poderiam ter um efeito contrário e aproximar os partidos mais moderados ainda mais da Dinamarca.

Ele disse que "Trump assustou a maioria dos groenlandeses com essa ideia de um relacionamento próximo com os Estados Unidos porque eles não confiam nele".

UCRÂNIA

EUA sancionam rede houthi que compra armas e grãos roubados

PEDRO LIMA/AE

O Departamento do Tesouro dos Estados Unidos anunciou ontem, novas sanções contra uma rede de facilitadores financeiros e operadores de suprimentos dos houthis, grupo rebelde do Iêmen, acusados de adquirir armas e

commodities da Rússia, incluindo grãos roubados da Ucrânia, segundo comunicado divulgado pelo governo. A ação visa Said al-Jamal, alto funcionário houthi apoiado pelo Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica do Irã, e seus colaboradores. "Os houthis dependem de Said al-Jamal e sua

rede para obter bens essenciais que abastecem sua máquina de guerra terrorista", afirmou o secretário do Tesouro, Scott Bessent. "Esta medida reforça nosso compromisso em reduzir a capacidade do grupo de ameaçar a região com atividades desestabilizadoras".

Segundo o comunicado, os

Houthis têm usado mísseis, drones e minas navais para atacar embarcações comerciais no Mar Vermelho, colocando em risco a navegação global.

Os ataques, incentivados pelo Irã, já causaram mortes de civis e milhões em prejuízos. A rede sancionada inclui os empresários afeitos Hushang e Sohrab Ghairat, localizados na Rússia, que ajudaram, segundo o governo americano, a orquestrar o envio de grãos ucranianos roubados da Crimeia para o Iêmen no navio Am Theus, de bandeira russa.

CLIMA

Rio tem dia de calor e espera chuva forte

DOUGLAS CORREA/ABRASIL

A cidade do Rio de Janeiro teve uma tarde abafada ontem, mas a previsão para os próximos dias é de uma mudança brusca no clima, com previsão de chuva forte.

Ontem à tarde, o município atingiu o terceiro nível do Protocolo de Calor (Calor 3), às 14h10, com temperatura máxima de 37,2°C.

O nível Calor 3 é caracterizado por termômetros entre 36°C e 40°C, com previsão de permanência ou aumento da temperatura por, ao menos, três dias consecutivos.

Áreas de instabilidade, associadas ao calor e a disponibilidade

de umidade, influenciam o tempo na cidade, e, com isso, há previsão de pancadas isoladas de chuva no período da noite.

Já a partir de hoje, há previsão de chuva forte. De acordo com o Sistema Alerta Rio, devem ocorrer pancadas de chuva a partir do período da tarde, que podem ser acompanhadas de raios e rajadas de ventos moderadas a fortes. A previsão é de que as temperaturas variem entre a máxima de 38°C e a mínima de 23°C.

Já entre amanhã e o sábado, a previsão é de chuva generalizada pela cidade, com intensidade moderada a muito forte. A precipitação pode vir acompanhada de raios e rajadas de vento fortes.

PRODERJ

Cinco anos do SEI-RJ: transformação digital

O Governo do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria de Transformação Digital e do Proderj, celebrou, ontem, os cinco anos da implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI-RJ), um marco na modernização da administração pública estadual. Desde sua implementação, o sistema tornou-se um pilar da transformação digital, trazendo mais eficiência, transparência e sustentabilidade para a gestão pública. Durante este período, cerca de 10 milhões de processos tramitaram digitalmente e a emissão de CO₂ foi reduzida.

No evento, foram feitas homenagens a instituições e profissionais que tiveram papel fundamental na implantação e no sucesso da plataforma. O reconhecimento foi concedido ao governador Cláudio Castro; ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4); às secretarias de Fazenda, de Planejamento e Gestão e da Casa Civil; ao Proderj; e à equipe técnica responsável pela implantação e gestão do SEI-RJ.

"O SEI mudou uma era no Estado do Rio de Janeiro. Tenho muito orgulho da transformação que esse sistema possibili-

tou tanto para a gestão pública quanto para a vida do cidadão fluminense. Conseguimos encerrar um tempo em que o Rio foi o epicentro das grandes crises, e passamos a viver um tempo de prosperidade, transparência e seriedade. Hoje, temos mecanismos para auxiliar os órgãos a exercerem uma boa gestão. O Rio de Janeiro voltou a ser protagonista e líder de importantes debates", destacou o governador Cláudio Castro.

MODERNIZAÇÃO

A digitalização dos trâmites administrativos eliminou o uso excessivo de papel, reduziu a burocracia e otimizou a prestação de serviços para servidores, empresas e população. A plataforma tem impulsionado a interação entre o setor produtivo e o poder público.

"A digitalização dos processos por meio do SEI garantiu mais agilidade, facilitando também a vida de todos os cidadãos fluminenses. Além disso, o impacto ambiental é inegável, com a redução expressiva no consumo de papel e uma administração mais sustentável", afirmou o secretário de Transformação Digital, Feu Braga.